

Emoções, habitus e práticas emocionais: o capital emocional como contribuição aos estudos das emoções nas organizações

VINÍCIUS RENNÓ CASTRO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

LUCIANO MENDES

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

Emoções, *habitus* e práticas emocionais: o capital emocional como contribuição aos estudos das emoções nas organizações

Resumo: o objetivo nesse ensaio é compreender as emoções nas organizações como capital emocional, a partir das contribuições de Pierre Bourdieu sobre os *habitus* e práticas emocionais. A intenção será uma contribuição para os estudos das emoções nas organizações, visto que a perspectiva do capital emocional, apesar de próxima às concepções de Bourdieu, ainda não explorou os meandros na teoria desse autor, no que tange ao *habitus* e às práticas emocionais. Apesar do considerável número de estudos que abordam o capital emocional, há algumas limitações conceituais importantes, que são: o conceito tem sido associado pelos pesquisadores de modo incoerente com o gênero feminino; o uso frequente do conceito apenas no modo ativado, falhando em estabelecer distinções entre capital emocional como recurso disposicional e como ativado/mobilizado na prática; e falta de clareza sobre a possibilidade aquisição secundária de capital emocional. Uma aproximação mais efetiva com a teoria de Bourdieu, no âmbito desse artigo, ajudou a desenvolver a noção de capital emocional, capaz de minimizar suas limitações e contribuir para ampliar a perspectiva dos estudos das emoções nas organizações.

Palavras-chaves: Emoções, Capital Emocional, Boudieu, Habitus e Práticas Emocionais.

1. Introdução

As emoções nem sempre assumiram uma posição relevante no universo das organizações, dado que, pelo menos até meados de 1980, ainda eram vistas como um conceito carregado de valores, frequentemente tratados como inadequados para esse universo em oposição à valorização da racionalidade burocrática. Isso se deve principalmente à dicotomia razão/não-razão herdada de visões tradicionalistas ocidentais da vida nas organizações, que privilegiava certas concepções supostamente relacionados à racionalidade em detrimento de outros considerados como emocionais ou não racionais (PUTNAM; MUMBY, 1993; ASHFORTH; HUMPHREY, 1995; FLAM, 2002). Apesar disso, alguns teóricos (BRIEF; WEISS, 2002; FINEMAN, 2001) concordam que o estudo das emoções no trabalho, ainda assumindo uma posição pouco relevante na época, surgiu na pesquisa científica na década de 1930, após as emoções serem percebidas como algo necessário a se aprender e criadas algumas ferramentas metodológicas para estudá-las. O que ocorre nesse contexto é o imperativo do que podemos denominar como “mito da racionalidade”, que perdurou (e ainda perdura de modo menos incisivo) durante um longo período na gestão das organizações e, conseqüentemente, na academia, criando a ilusão de que as emoções não faziam parte desse universo. No entanto, podemos afirmar hoje que todas as decisões envolvidas numa lógica organizacional estão diretamente relacionadas às emoções (LE BRETON, 2008). A partir do momento que os indivíduos entram no ambiente de trabalho eles carregam consigo suas paixões, ódios, ansiedades, orgulho, decepções e inveja, criando uma meta-realidade emocional que influencia todas as interações que ali se desenvolvem (FINEMAN, 2003).

Com bem expõe Flam (2002), muitas organizações tidas como altamente racionalizadas na verdade estabelecem para os indivíduos formas específicas de sentir e administrar suas emoções ao definirem suas regras e normas, exigindo expressões, repressões e atuações emocionais de seus membros visando atingir objetivos organizacionais. Como exemplo podemos citar a necessidade de bancários em demonstrar discricção, delicadeza, sensibilidade, bem como inspirar confiança em seus clientes. Do mesmo modo, Niven et al. (2015) também aponta o papel crucial das emoções em labores cotidianos diversos, por exemplo, como a tentativa de funcionários do setor varejista em induzir felicidade em seus

clientes ao atendê-los com um sorriso ou o papel dos gerentes em entusiasmar seus subordinados através de discursos motivadores e empolgantes.

Foi a partir de 1980 e 1990 que as emoções passaram de fato a ser percebidas como elementos substancialmente determinantes de um gama considerável de fatores nos ambientes empresariais, como: motivação dos trabalhadores, tomadas de decisão, adaptação a riscos e mudanças em organizações cada vez mais flexíveis, persistência por atingir as metas organizacionais, cooperação e coordenação dos processos de produção, concorrência mercadológica e percepção de desvios irracionais de comportamento organizacional (ANDRADE, 2012). O comportamento emocional, nesse contexto, passou a ser tão central quanto o comportamento econômico no âmbito das organizações.

Como exemplo, pode-se citar o estudo de Spencer e Spencer (1993) com vendedores de uma multinacional, demonstrando que os vendedores selecionados com base em competências emocionais superaram de modo significativo outros que foram selecionados pelo procedimento de seleção antigo da empresa. Aqueles contratados com base em competências emocionais venderam US\$ 91.370 mais do que os outros vendedores, resultando em um aumento de receita líquida em US\$ 2.558.360. De acordo com Goleman (1998), pesquisas sobre competência emocional realizadas em mais de 200 organizações sugerem que cerca de um terço da diferença de desempenho de trabalhadores dessas empresas ocorre devido a habilidades técnicas e capacidade cognitiva, enquanto que dois terços dizem respeito a competência emocional. Além disso, foi constatado também que em cargos de liderança, mais de quatro quintos da diferença se deve a competência emocional.

Vemos, nesse contexto, que as emoções se configuraram como recursos ou mercadorias comercializáveis que podem ser negociadas, manipuladas ou marginalizadas no âmbito organizacional e também são sutilmente dirigidas, compradas ou vendidas (FINEMAN, 2007). Os estudos no campo da administração e da sociologia adotaram esse ângulo investigativo principalmente após o trabalho da socióloga Arlie Hochschild (1979; 1983). De modo geral, a principal contribuição da autora para o estudo das emoções foi demonstrar que essas têm valor de troca e de uso, em outras palavras, possuem um valor econômico. Esse valor econômico pode ser mais ou menos aparente, dependendo do contexto.

Dito isso, percebe-se que as interações e relações organizacionais constituem um contexto único para analisar a experiência emocional e como as emoções se configuram como recursos de poder individuais e coletivos, através dos quais essas relações são criadas, interpretadas e alteradas (WALDRON, 2000). No entanto, qual seria o direcionamento indicado para tais análises? Do mesmo modo que Wetherell (2012) diz que as práticas emocionais representam a unidade de análise mais coerente possível para uma ciência social das emoções, argumentamos que os estudos organizacionais que visam entender as emoções também devem partir desse enfoque analítico.

Como bem demonstramos nos parágrafos anteriores, há nas organizações uma “cultura emocional”, transformada em capital, que é composta por um conjunto de práticas em que as emoções incorporadas se configuram como um padrão de ação reconhecível (RECKWITZ, 2012). Ainda, segundo Reckwitz (2012), o complexo de práticas que constituem as organizações produz uma espacialidade própria, a qual também é estruturada no âmbito afetivo-perceptivo, produzindo o que o autor denomina como espaços emocionais, em que os corpos humanos participam via subjetivação ou formação do *habitus*. De modo similar, Schatzki (1996) considera que as organizações “acontecem” por meio de um conjunto intrincado de práticas, o qual também possui uma dimensão emocional ou, nas palavras do autor, uma estrutura teológica-afetiva. Para Oliveira (2016), estudar as práticas emocionais nas organizações possibilita uma análise ampliada que não se refira somente a quais emoções são vivenciadas e operacionalizadas nos espaços organizacionais, mas quais processos de organização social as emoções produzem. Dito isso, o objetivo nesse ensaio é compreender as

emoções nas organizações como capital emocional, a partir das contribuições de Pierre Bourdieu sobre os *habitus* e práticas (emocionais). A intenção será trazer uma contribuição para os estudos das emoções nas organizações, visto que a perspectiva do capital emocional, apesar de próxima às concepções de Bourdieu, ainda não explorou os meandros na teoria desse autor, no que tange ao *habitus* e às práticas emocionais.

2. Capital emocional

Estudiosos atribuem à Helga Nowotny o desenvolvimento inicial do conceito de capital emocional (REAY, 2000; 2004; ZEMBYLAS, 2007), a qual, baseando-se no arcabouço teórico de Pierre Bourdieu, conceituou o capital emocional como uma variante do capital social. Através de um estudo feminista sobre a vida pública de mulheres austríacas, a autora definiu capital emocional como “conhecimento, contatos e relações, assim como acesso a habilidades e bens emocionalmente valorizados, que se mantêm dentro de qualquer rede social caracterizada, pelo menos em parte, por laços afetivos (NOWOTNY, 1981, p. 148,). Para Nowotny (1981), o capital emocional situa-se dentro dos limites das relações familiares e das amizades (esfera privada) e abrange os recursos emocionais que os agentes (mães) compartilham com aqueles com quem se importam (família).

Um outro aspecto importante do conceito desenvolvido por Nowotny (1981) está nas breves considerações de Bourdieu sobre as relações afetivas, quando esse autor assume o papel fundamental da família, particularmente nas ações das mulheres que asseguram sentimentos de amor, devoção, generosidade e solidariedade entre os membros familiares (BOURDIEU, 2008; BOURDIEU, 1986). Assim, fica evidente que as mulheres são dotadas de mais capital emocional do que os homens (ALLATT, 1993; HUTCHISON, 2012). Ainda, é preciso ressaltar que as teorizações sobre capital emocional que se encontram na literatura, desde os estudos de Nowotny até os dias de hoje, foram diretamente influenciadas por diversos estudos sobre práticas educacionais parentais e profissionais envolvendo os conceitos de capital cultural e social de Bourdieu (NIXON, 2011). Amparados principalmente nas análises de Bourdieu e Passeron sobre a reprodução social e capital cultural no sistema de ensino (BOURDIEU; PASSERON, 1982), esses estudos buscaram evidenciar as relações existentes entre os capitais adquiridos e incorporados pelas crianças na socialização primária e suas aspirações e oportunidades no sistema educacional. Essas oportunidades são mediadas ou pela possibilidade de reconhecimento e legitimidade dos recursos oriundos desses capitais que são convertidos em capital simbólico ou através da institucionalização do capital cultural incorporado, ocorrendo em ambos os casos uma reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes no âmbito escolar.

Através dessa primeira concepção de capital emocional como uma disposição ou recurso em maior posse das mulheres que é transmitido por elas no âmbito familiar, novos trabalhos surgiram aplicando e aprimorando a noção de capital emocional no campo da educação e da família, sendo essas as duas principais áreas de investigação do conceito atualmente dentro da escola feminista (ANDREW, 2013). Nesse segundo cenário de pesquisas, impulsionadas principalmente pelas contribuições da socióloga Diane Reay (2000; 2004), o capital emocional tem sido aplicado para discutir relações de gênero, classe social e raça (ANDREW, 2015).

Reay (2000; 2004), influenciada principalmente pelos estudos de Nowotny (1981), Patricia Allatt (1993) e Eva Illouz (1997), operacionaliza o conceito de capital emocional na forma de recursos emocionais que são transmitidos pela mãe para o filho através do envolvimento parental na educação desses, do mesmo modo que Bourdieu (1986) destaca a “função” da mãe em transmitir capital cultural, particularmente em seu tempo livre, para os membros da família e explica que na socialização primária a troca entre pais e filhos é “altamente carregada de afetividade” (BOURDIEU, 2007, p. 202). Reay (2004) parte das

considerações de Allatt (1993), onde as habilidades e recursos emocionais das mães, adquiridos através da educação formal, envolvem ativos emocionais como amor, afeto, dispêndio de tempo, atenção, cuidado e preocupação.

Os achados de Reay (2000; 2004) demonstraram que nem todas as emoções que as mães sentem e comunicam para seus filhos como suporte para a educação dos mesmos produzem efeito positivo. Logo, há atributos negativos que compõem o capital emocional, os quais podem influenciar tanto bem-estar emocional da própria mãe ou do filho, assim como sucesso educacional do filho. Isso indica que diferentemente das outras formas de capital (BOURDIEU, 1986), as quais serão discutidas posteriormente, o capital emocional para Reay (2004) não está ligado somente à resultados positivos para seu detentor. Na visão da autora, muitas vezes o “investimento” de capital emocional pode ocasionar custos emocionais para aqueles envolvidos, principalmente para as mães.

Reay (2004) também descobriu diferenças pertinentes na transmissão de capital emocional entre as mães de classes diferentes, em que as famílias de classe dominante, por serem dotadas de maiores níveis de capital cultural, econômico e social, possuem maior facilidade em prover aos seus filhos os ativos do capital emocional. Visualizando o capital emocional nesse entremeio é possível entendê-lo, assim como ocorre com o capital cultural, como reprodutor de desigualdades sociais (FROYUM, 2010). Nesse contexto, a autora explica que condições adversas como a miséria podem prejudicar o desenvolvimento e mobilização de capital emocional, assim como sua conversão em avanços educacionais para os filhos.

Apesar da significativa contribuição dos estudos de Reay para o avanço nas pesquisas sobre capital emocional, a própria autora (2000, p. 569) assume que utilizou o conceito de capital emocional “mais como um dispositivo heurístico do que como um quadro conceitual supervalorizado”, o que justifica algumas críticas aos seus trabalhos, apontadas por autores(as) como Colley (2006), Manion (2007), Erickson e Cottingham (2014) e Zembylas (2007).

Colley (2006), a partir de seu estudo sobre o capital emocional no contexto de tomada de decisão de mulheres gambianas, critica a alegação de Reay sobre o efeito das condições de pobreza na mobilização de capital emocional, questionando o fato da autora não considerar a possibilidade de que condições dessa natureza possam estimular a utilização desse recurso, ao invés de inibi-lo, visto que em sua pesquisa evidenciou o uso excessivo do capital emocional por grupos marginalizados do país. Já Zembylas (2007) argumenta que Reay, ao identificar o capital emocional como um capital de gênero, posiciona o conceito no discurso tradicionalista sobre mulheres serem “mais emocionais” do que homens, mesmo que o contexto do estudo seja a família. Ainda, segundo Erickson e Cottingham (2014), os resultados da pesquisa de Reay (2000) sugerem que os significados subjacentes às experiências emocionais podem criar algumas contradições entre as classes, a partir do momento que a ativação do capital emocional se resume em um investimento no outro e não em si mesmo. Nesse mesmo sentido, Colley (2006) argumenta que a análise de Reay sobre capital emocional considera apenas a mobilização das disposições existentes no trabalho emocional (*emotional labour*) para com o outro, desconsiderando o trabalho e aprendizagem sobre os próprios sentimentos. Esse trabalho realizado pelas mães que beneficia apenas seus filhos e não elas mesmas caracteriza o tipo “alienado” de capital emocional, em contraste com o tipo “incorporado” (ANDREW, 2013).

Outros trabalhos da escola feminista no âmbito da educação infantil familiar e profissional se destacaram nos últimos anos (COLLEY, 2006; GILLIES, 2006; NIXON, 2011; REID, 2009; FROYUM, 2010; AL-DEEN; WINDLE, 2017). Outros, ainda trabalhando com questões de gênero e classe, direcionaram-se para as ocupações na área da saúde e cuidados, distanciando-se do âmbito familiar (ERICKSON; STACEY, 2013; HUSSO; HIRVONEN, 2012; VIRKKI, 2007; COTTINGHAM, 2017; COTTINGHAM et al., 2018). Em contraste aos estudos feministas, alguns acadêmicos investigaram o capital emocional em diferentes

contextos organizacionais (CAHILL, 1999; SCHWEIGRUBER; BERNS, 2005; GREGSON; LOIS, 2018) e institucionais (VORONOV, 2013).

De modo geral, os estudos feministas sobre capital emocional no contexto da educação infantil, sendo ela parental ou profissional, utilizam-se do conceito para evidenciar que as emoções não são apenas sentidas ou percebidas, como ocorre no trabalho emocional (HOCHSCHILD, 1983), mas funcionam como recursos incorporados, ou seja, como uma forma de capital. O capital emocional beneficia (ou não) tanto aquele que o detém e o ativa, como aqueles que usufruem de um trabalho emocional (ANDREW, 2013). Essas pesquisas variam moderadamente suas visões sobre a noção de capital emocional, porém, enquanto algumas consideram apenas o capital emocional em sua forma alienada (REAY, 2000; 2004; HUTCHISON, 2012), isto é, ativada nas práticas cotidianas em prol dos outros, outras pesquisas o consideram também como um recurso incorporado no *habitus* (O'BRIEN, 2008; ANDREW, 2013).

Os estudos desenvolvidos no campo da saúde, mais especificamente nas ocupações relacionadas aos cuidados, têm aprimorado as investigações sobre capital emocional, considerando-o como uma forma de capital cultural incorporado na corporeidade da pessoa, para referir-se a uma configuração de disposições do indivíduo nas formas de conhecimentos, habilidades e capacidades baseadas em emoções (COTTINGHAM, 2016; 2017; VIRKKI, 2007). Essas formas servem para atender efetivamente às demandas sociais práticas e interacionais dos trabalhadores em contextos laborais regidos por regras e normas de sentimento (HOCHSCHILD, 1983). Ainda, ao expandirem as aplicações do conceito de trabalho emocional de Hochschild (1983) para além do setor de serviço, o qual se demonstra como o foco das pesquisas sobre trabalho emocional nas organizações, alguns trabalhos aplicados no setor de cuidados identificaram que essas ocupações muitas vezes não sentem os efeitos nocivos do trabalho emocional, a partir do momento que gerenciam suas emoções com o intuito de seguirem os objetivos da organização e ética da profissão (VIRKKI, 2007; ERICKSON; STACEY, 2013). Nesse contexto, o capital emocional passa a referir-se também à capacidade de usar as emoções de uma maneira que promova os valores éticos do trabalho de cuidar.

Em relação aos estudos ocupacionais não feministas, o artigo de Cahill (1999) sobre as demandas emocionais de estudantes de ciências mortuárias é identificado pela literatura como um dos trabalhos precursores mais importantes para a noção de capital emocional, ao lado dos trabalhos feministas de Reay sobre o conceito. Através de uma observação participante com duração de cinco meses em um programa de ciência mortuária em um colégio comunitário, Cahill (1999), assim como Reay (2000), identificou o papel socializador e reproduzidor do capital emocional, identificando o papel crítico deste capital adquirido na socialização primária [familiar] para explicar o sucesso dos estudantes no programa. Aqueles estudantes que não abandonaram o programa mortuário apresentavam maior capital emocional pela experiência emocional primária (e precoce) de convivência com a morte. Para o autor é possível reconhecer um “*habitus* emocional”, isto é, um sistema de disposições emocionais adquirido na socialização primária que molda as habilidades de percepção, expressão e reação emocional e permite a criação de estratégias de gerenciamento das emoções, possibilitando assim o trabalho emocional mais efetivo em diferentes ocupações e posições sociais (HOCHSCHILD, 1983). Entretanto, o autor destaca a possibilidade da socialização profissional (secundária) alterar esse *habitus* emocional e, conseqüentemente, adquirir diferentes formas de capital emocional, considerando que diferentes ocupações requerem diferentes dispêndios de trabalho emocional.

A possibilidade de aquisição em socializações secundárias de capital emocional fica mais evidente no trabalho de Schweingruber e Berns (2005), os quais, baseados no trabalho empírico de Cahill e na sociologia das emoções de Hochschild, estudaram o capital emocional no contexto de vendedores porta a porta de livros educacionais. Esses vendedores

experimentavam uma alta taxa de rejeição em suas vendas, o que gerava uma desmoralização e perda de ânimo em trabalhar. Nesse contexto, a empresa passou a treinar esses vendedores para desenvolver capital emocional e desempenhar o que os autores nomearam “*emotional mining*”, por meio do qual conseguiam selecionar elementos biográficos e desenvolver narrativas emocionais úteis sobre suas identidades e as utilizarem como pontes emocionais (*emotional bridges*) para conectar seus *selves* anteriores com um novo *self* que estava sendo desenvolvido no trabalho, um eu capaz de lidar com o fracasso repetido. Nesse sentido, o trabalho de Schweingruber e Berns (2005) responde à possibilidade colocada por Cahill de aquisição secundária do capital emocional ao demonstrar que os trabalhadores podem desenvolvê-lo no trabalho emocional, através de treinamentos, alterando significativamente seus *selves* para um melhor gerenciamento das emoções: “nós sugerimos que o capital emocional não é apenas algo que as pessoas possuem, mas algo que produzem e usam” (SCHWEINGRUBER; BERNS, 2005, p. 701).

O trabalho de Voronov (2013) sobre o papel das emoções na reprodução de processos institucionais apresenta uma definição específica de capital emocional: “formas de experimentação e mobilização de emoções que proporcionam vantagem social em uma determinada comunidade ao facilitar práticas que são valorizadas por essa comunidade” (VORONOV, 2013, p. 7). Segundo o autor, diferentes comunidades (grupos, organizações, campos e até países) são definidos por um *ethos* particular que prescreve julgamentos morais, valores e emoções específicas, os quais determinam, através de um poder simbólico exercido pelos membros dominantes da comunidade, as possibilidades de acesso, acumulação, conversão e investimento de capital emocional. Desse modo, o *ethos* define o que constitui o capital emocional no campo e quais emoções são valiosas e quais não são (por exemplo, aquelas relativas a tabus), através de formas de “racionalização” legitimadas no campo e consensos do que representa um comportamento “autêntico” ou genuíno.

Ainda na concepção de Voronov (2013), o capital emocional se manifesta de duas formas: motivacional e ressonante (*resonant* – no sentido de que é algo que tem um significado especial ou é particularmente importante para alguns indivíduos). A primeira forma diz respeito ao conjunto de emoções supostamente privadas e não prescritas que os indivíduos mobilizam para obter disposições que os permitam desempenhar o papel esperado no campo. Por exemplo, o orgulho de realizar uma atividade ou tarefa com sucesso. A segunda forma estabelece uma relação entre trabalho emocional (*emotional labour*) e dominação simbólica, visto que se trata de mobilizar um estado emocional que visa expressar uma adequação ao o que o campo considera autêntico ou racional. O capital emocional ressonante pode tanto estar relacionado às emoções que se adequam às noções de comportamento genuíno do campo, como a uma não manifestação de emoções, isto é, executar ações com um certo distanciamento emocional.

A investigação do conceito de capital emocional em contextos organizacionais deve ater-se também ao fato de que, considerando as emoções como capital, assim como o conceito de capital como relacional, seu gerenciamento ocorre de acordo com a adequação às normas e valores do contexto organizacional em questão. Nesse sentido, o que constitui o capital emocional varia em diferentes espaços laborais com hierarquizações diferentes (VIRKKI, 2007; CAHILL, 1999; ANDREW, 2013). Assim, recursos emocionais ou emoções praticadas num determinado contexto podem ser significativamente mais valorizadas do que em outro. Essa valorização varia de acordo com as relações de poder envolvidas nas relações afetivas entre os agentes (ZEMBYLAS, 2007). A presença ou ausência de formas particulares de capital emocional também pode significar vantagens sociais em contextos específicos, ou seja, o capital emocional é utilizado como recurso de poder (FROYUM, 2010).

Apesar do considerável número de estudos que abordam o capital emocional, há algumas limitações conceituais importantes. Para Cottingham (2016), são três as principais limitações dos estudos sobre capital emocional, a saber: 1) o conceito tem sido associado pelos

pesquisadores de modo incoerente com o gênero feminino, notadamente influenciados pelos trabalhos feministas iniciais sobre o mesmo (como ALLATT, 1993; REAY, 2000), os quais assumem que as mulheres têm mais capital emocional do que os homens; 2) o uso frequente do conceito apenas no modo ativado, falhando em estabelecer distinções entre capital emocional como recurso disposicional e como ativado/mobilizado na prática; 3) falta de clareza sobre a possibilidade aquisição secundária de capital emocional, isto é, além do contexto familiar (socialização primária), o que permite-nos questionar sobre a sensibilidade do capital emocional à mudanças. Ainda, conforme apontam Holt e Lea (2013), os estudos feministas baseados na concepção de capital emocional trabalhada por Reay tendem a tratar de forma limitada as relações do capital emocional com outros tipos de capital, como o econômico e simbólico. Para Zembylas (2007), as conversões entre capital emocional e outros tipos de capital, ponto central da economia simbólica de Bourdieu, ainda carecem de investigação e teorização, visto que o enfoque dos estudos tem sido nas relações de classe e gênero.

O primeiro limite conceitual destacado no parágrafo anterior pode ser explicado pelo próprio desenvolvimento inicial da literatura sobre capital emocional dentro das epistemologias feministas, que consideram o conceito como o suporte emocional que as mães proporcionam aos seus filhos. Conforme aponta Manion (2007), essa associação de gênero do capital emocional deve ser explicada pelo fato de na maioria das sociedades as mulheres assumirem a responsabilidade pelo cuidado e criação dos filhos e não por noções que acabam reproduzindo as diferenças de gênero, como considerar que disposições ou conhecimentos emocionais são capacidades naturalmente femininas.

Mesmo considerando a construção histórica e social que atribuiu as mulheres o trabalho da vida privada e doméstica e aos homens as funções da vida pública, o que levou a uma diferenciação sobre os modos como homens e mulheres são socialmente requisitados para lidar com emoções e quais emoções estão mais ligadas a cada gênero. Por exemplo: é esperado dos homens o controle sobre o medo e insegurança e das mulheres o controle de comportamentos agressivos e a manutenção de estados positivos que favoreçam um sentimento de acolhimento e generosidade nas interações sociais (HOCHSCHILD, 1983). Isso ainda limita a tradução do capital emocional em práticas emocionais ligadas ao gênero feminino. Analisar o capital emocional como um recurso de outros gêneros, como o masculino, ou neutro em relação ao gênero, pode proporcionar avanços teóricos que compreendam quais formas de conhecimento/disposição emocional os agentes de modo geral incorporam e mobilizam na prática, assim como as diferentes condições estruturais emocionais que os permitem utilizar o capital emocional como uma competência (COTTINGHAM, 2016). Além disso, uma parcela significativa dos estudos sobre capital emocional tende a trabalhá-lo em profissões estereotipadas, aquelas mais ocupadas por mulheres, o que inviabiliza uma compreensão mais ampla sobre outras qualidades emocionais que podem compor o capital emocional, isto é, qualidades ligadas à outras ocupações e outros contextos influenciados por estruturas emocionais diferentes (ZEMBYLAS, 2007; WARD; MCMURRAY, 2015).

No que diz respeito à segunda limitação, temos que as características do capital emocional em sua forma incorporada, ou seja, como disposições e recursos, não são discutidas de modo detalhado em uma parcela considerável dos estudos, somente naqueles que o analisam em contextos ocupacionais ou como um tipo de capital cultural. Os desenvolvimentos iniciais da literatura sobre o conceito (REAY 2000, 2004; GILLIES, 2006) tendem a considerá-lo somente como ativado na prática, por isso faz-se necessário compreender os diferentes modos como os recursos, normas e conhecimento emocional são adquiridos, acumulados, assimilados e personificados, ou seja, como produtos de trabalho passado. Reay (2004) somente menciona, com base no trabalho de Allat (1993), que as mães adquirem certas habilidades emocionais através da educação formal e na prática da educação familiar. Segundo Andrew (2013), a lógica adotada por esses estudos constitui o que a autora denomina como o capital emocional em sua

forma alienada, pois não apresenta de modo claro as consequências do capital emocional para aqueles que o detém ou para aqueles que não o possuem.

Ainda, ao delinear sobre capital emocional como ativado na prática os autores não trazem uma discussão detalhada sobre a teoria da prática de Bourdieu (SCHEER, 2012) e suas implicações para o conceito de capital emocional. Com exceção de alguns estudos (COTTINGHAM, 2016; 2017; COTTINGHAM et al. 2018; ZEMBYLAS, 2007), os trabalhos que tratam as emoções como prática não realizam uma discussão sobre as lógicas das práticas e o senso prático dos agentes que orienta suas atividades cotidianas (BOURDIEU, 2009) e, desse modo, supõe que as práticas emocionais são coisas que os atores fazem acompanhadas de emoção, desconsiderando a possibilidade das emoções como estruturais e estruturantes, reforçando a dicotomia entre objetividade e subjetividade ou entre agente e estrutura social. Logo, fazem um uso inadequado da noção de *habitus* para referir-se ao sistema onde é incorporado o capital emocional e a partir do qual ele é ativado. Através dessa interpretação conceitual, a emoção é separada da prática e enfraquece a ideia de práticas emocionais como coisas que as pessoas fazem para ter emoções, ou ativar emoções em um sentido performativo e estratégico (estratégico no sentido da “economia das práticas” de Bourdieu) dentro de uma lógica específica (SCHEER, 2012).

Apesar de alguns desses estudos considerarem que regras de sentimento (HOCHSCHILD, 1979) representam o modo como as normas culturais e sociais definem os estados emocionais adequados ou esperados nas mais variadas situações públicas, fica evidente que situar as emoções na teoria da prática de Bourdieu traz implicações epistemológicas e ontológicas diferentes. Nesse caso, é necessário considerar que os comportamentos emocionais dos indivíduos não são deliberados ou racionalmente aprendidos, mas são tacitamente aprendidos nas práticas e manifestados por um senso prático. As emoções nessa perspectiva, portanto, não são simples execuções conscientes e reproduções de normas, mas partem de um interesse estratégico dos indivíduos pelo jogo do campo em que estão inseridos. O campo e as interações práticas que ali ocorrem são sim regidas por fatores normativos regulares, mas não somente isso, dada a especificidade, relacionalidade e contextualidade de cada prática.

No que tange à terceira limitação apontada anteriormente, as teorizações e aplicações do conceito de capital emocional não ponderam sobre a possibilidade de maleabilidade do *habitus* através de “revisões permanentes” que ocorrem na prática diária e compõem o *habitus* secundário (WACQUANT, 2016). Ou seja, um *habitus* resultante da articulação dinâmica de disposições adquiridas além do âmbito familiar, em outras instituições didáticas como as ocupações laborais. O estudo de Schweingruber e Berns (2005) demonstrou que os trabalhadores podem desenvolver o capital emocional através do trabalho emocional e treinamentos. Porém, os autores utilizam-se da noção de *self*, herdada do interacionismo simbólico e utilizada por Hochschild, o que muda consideravelmente essa possibilidade. Ao utilizar o conceito de *habitus* as circunstâncias mudam, mas ainda não inviabilizam uma alteração em sua formação, pois este é “criativo, inventivo, mas dentro dos limites de suas estruturas” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 19). Bourdieu (2007) utiliza-se de conceitos psicanalíticos para explicar que as disposições herdadas da infância e dos investimentos iniciais no campo vão se transformando aos poucos em disposições específicas, das quais “os agentes tiram partido [...] no intuito de saciar suas pulsões e desejos” (p. 200).

3. *Habitus*, emoções e práticas

Para Smith et al. (2018), não fica claro nos livros e artigos trabalhados por Bourdieu como ele entendia as emoções, sendo as vezes interpretadas por ele como um tipo de disposição corporal durável, tal como um valor, habilidade ou hábito subjetivo e outras vezes como parte de um *background* psicológico universal aplicado as disposições do *habitus*, funcionando como uma energia ou motivação, como podemos visualizar na citação anterior. Como bem discutem

Crossley (2001) e Probyn (2005), a primeira interpretação é mais condizente com sua teoria, no entanto, segundo Wetherell (2012), como as emoções operam nas práticas sociais mediadas pelo *habitus* é uma questão que não foi elaborada por Bourdieu e que ainda pouco se discute na academia.

Nessa perspectiva, podemos dizer que estamos sempre emocionalmente expostos e abertos ao mundo, pois aprendemos pelo corpo, a exposição se traduz em disposição “por meio dessa confrontação permanente, mais ou menos dramática, mas que sempre confere um lugar importante à afetividade e, mais ainda, às transações afetivas com o ambiente social” (BOURDIEU, 2007, p. 173). O *habitus* está presente no mundo objetivo e no futuro que ali se anuncia, “exposto ao mundo, à sensação, ao sentimento, ao sofrimento [...] envolvido no mundo [...] orientado, em igual medida, para o mundo e ao que aí se presta imediatamente a ver, sentir e a pressentir” (BOURDIEU, 2007, p. 174). Portanto, o corpo e sua capacidade de sentir tem um significado específico no pensamento de Bourdieu, porque está intimamente relacionado à processo de incorporação das estruturas sociais e ao senso prático, visto que as emoções estão relacionadas às nossas respostas imediatas “a todas as situações de incerteza e às ambiguidades das práticas” (BOURDIEU, 2009, p. 174).

Esse confrontamento afetivo com o mundo social ocorre inicialmente na socialização primária, que é “altamente carregada de afetividade” (BOURDIEU, 2009, p. 202). Bourdieu considera que a criança incorpora o social na forma de afetos, os quais culminarão em disposições específicas na formação do *habitus*. A cultura proporciona aos indivíduos, desde o momento do nascimento, os conteúdos que são incorporados na forma de disposições emocionais, como uma linguagem e conjunto de práticas que delineiam as habilidades de percepção, expressão, controle e reação emocional. Nesse contexto, para Wetherell (2012), Bourdieu enxerga as emoções como forças principalmente conservadoras, pois tendem a reforçar as disposições herdadas da infância nas práticas atuais. A antecipação aumenta a probabilidade de que o passado seja reproduzido no presente e no porvir do futuro.

À vista disso, é possível afirmar que *habitus* representa a cultura na prática, no entanto, com algumas ressalvas. De acordo com Swartz (1997), Bourdieu entende a cultura como algo a mais do que um “código” comum ou sistema ideológico compartilhado de ideias, crenças e valores e visões de mundo. Para ele, essas diferentes visões sobre a cultura transmitem pouca capacidade de agência para os indivíduos e desconsideram as práticas individuais como formadoras da cultura. O conceito de *habitus* inclui, de fato, todos os elementos da cultura, porém, para Bourdieu a ação dos agentes é orientada pelo “senso prático”, sendo a cultura uma ferramenta prática para o indivíduo atuar no mundo social. Apesar dessa ressalva de Bourdieu sobre a cultura como uma trama de significados padronizados compartilhados e determinantes das condutas individuais, o *habitus* tem implicações significativas nas maneiras como pensamos a cultura, principalmente na discussão sobre incorporação e emoção, assim como ao tratar a dimensão do poder. Destarte, o *habitus* permite-nos entender tanto a cultura quanto a identidade/subjetividade das pessoas, a partir do momento que cada indivíduo é um produto único de uma história coletiva e nela atua mediado pela cultura que é reproduzida na prática.

Nesse contexto, algumas análises específicas de Bourdieu sobre a sociedade Cabila e o sentimento de honra (BOURDIEU, 1966; 2002; 2009) revelam suas considerações iniciais sobre a influência da cultura e dos outros nas expressões e usos políticos das emoções. Ao analisar as trocas de dons ou as trocas (desafios) de honra entre os homens daquela sociedade, Bourdieu (1966) notou que os momentos de troca eram repletos de significados específicos que não se resumiam à um ciclo de reciprocidade mecânico, como acreditavam os antropólogos, mas à uma experiência prática propriamente dita. Dentre esses significados, instauram-se na estrutura das práticas algumas práticas convenientes, como as normas de comportamento atreladas a “manifestações rituais”, representadas principalmente pela opinião pública e reputação. Bourdieu (1966; 2002) explica isso nos termos de um “sentimento” de honra da

sociedade Cabila e de seu oposto, a vergonha ou a desonra. O homem de honra ou “sábio” daquela sociedade é discreto e controla e suas emoções numa vigilância constante, sendo o oposto do “homem sem respeito de si”, aquele cujo comportamento é descontrolado e age por impulsos.

Nesse trabalho inicial, Bourdieu (1966) ainda estava num momento de transição do paradigma estruturalista para sua constatação sobre as “lógicas das práticas”. Por isso ele reconhecia que as normas explícitas do comportamento têm suas raízes “no sistema das categorias de percepção mítica do mundo [cultura]” (BOURDIEU, 2002a, p. 33) e deviam ser respeitadas e representadas pelas pessoas: “o medo da reprovação coletiva e da vergonha [...] é de natureza a determinar o homem mais desprovido de ponto de honra a conformar-se, coagido e forçado, aos imperativos da honra” (idem, p. 16). Desse modo, a questão pode ser colocada mais claramente em termos emocionais: as pessoas se conformam porque temem a vergonha e o “embaraço” (constrangimento) que experimentarão se comportarem de maneira desonrosa? Nesse primeiro momento Bourdieu ainda se refere à honra como “*ethos*”, entretanto, mais tarde ele associa a honra ao capital simbólico e especifica essa mudança teórica: “as condutas de honra, aprendidas não mais como o produto da obediência às regras ou da submissão aos valores [...], mas como produto de uma pesquisa mais ou menos consciente da acumulação do capital simbólico” (BOURDIEU, 2009, p. 33). Apesar dessa atualização teórica, vemos que o sentimento de honra representa uma disposição corporal e mental (dimensão *ethos* do *habitus*) que orienta as respostas dos agentes numa cultura específica em relação às emoções como a vergonha e a raiva.

Em “A Distinção” (BOURDIEU, 2006) também é possível encontrar alguns *insights* importantes sobre o papel das emoções nas práticas dos agentes, principalmente naquelas relacionadas aos gostos. Através de um estudo teórico-empírico sobre a lógica dos gostos, Bourdieu (2006) argumentou que as práticas de consumo estão diretamente ou indiretamente associadas a reprodução do sistema social e das classes sociais. A partir do momento que os agentes incorporam no *habitus* o capital cultural através das socializações primárias (família e educação), são definidos “*habitus* bem constituídos”, associados a elite ou classe burguesa e “*habitus* bem menos constituídos”, que são aqueles originados da classe popular ou a “massa”. Essas diferenças de capital cultural incorporado e tornado natureza social implicam em distinções e oposições no domínio dos gostos entre essas classes, isto é, diferenças na “faculdade de julgar valores estéticos de maneira imediata e intuitiva [gostos]” (BOURDIEU, 2006, p. 439) e “faculdade de perceber os sabores” (idem, p. 439) que funcionam “aquém da consciência e do discurso [...] fora das tomadas do exame e do controle voluntário” (idem, p. 434), ou seja, funcionam como disposições do *habitus*.

O princípio das distinções no domínio do consumo e dos gostos é a oposição entre o gosto livre e o gosto por necessidade, ambos originários do *habitus* de classe, sendo o primeiro definido pela distância dos agentes da necessidade e urgência da vida prática ou pelas facilidades asseguradas pela posse de determinados capitais e o segundo está associado ao ajuste entre as disposições do *habitus* e as possibilidades de existência do agente. O agente “é detentor do que gosta porque gosta do que tem, ou seja, as propriedades que lhe são atribuídas, de fato, nas distribuições e fixadas por direito nas classificações” (BOURDIEU, 2006, p. 166). Dentre os diversos exemplos que Bourdieu (2006) traz para explicar o gosto de elite, ele descreve que o controle da emoção desempenha um papel importante no ideal de uma nova classe de elite que estava emergindo na época, classe essa que se define distintamente (tanto da velha classe de elite como da classe popular) sempre “tanto na maneira de falar, quanto na postura corporal, pela distinção na tensão, pela naturalidade na apresentação” (BOURDIEU, 2006, p. 292).

Ao discutir sobre o estilo de vida das classes populares, Bourdieu (2006) argumenta que o estilo de vida desses agentes é um efeito da dominação e de seu próprio reconhecimento de

que são dominados, por saberem sobre os valores dominantes, que se manifesta em um “sentimento de incompetência, fracasso ou indignidade cultural” (BOURDIEU, 2006, p. 360). Os agentes que pertencem às classes dominadas vivem baseados numa “sabedoria adquirida pela provação da necessidade, do sofrimento e da humilhação (BOURDIEU, 2006, p. 365), que produz uma busca por prazeres moderados que “constituem uma forma de adaptação às condições de existência e, ao mesmo tempo, uma defesa contra tais condições” (idem, p. 365).

Diante dessas considerações, vemos que Bourdieu associa as emoções aos gostos para demonstrar como essas práticas são socialmente e culturalmente construídas dentro de uma sociedade estratificada e são incorporadas, tornam-se natureza social e são convertidas em esquemas motores e em automatismos corporais (senso prático). Essa lógica de socialização sobre o corpo faz surgir “um mundo de sentimentos e de experiências previamente preparados. Sobrecarregados de significações e valores sociais” (BOURDIEU, 2006, p. 440). Apesar de Bourdieu (2006) não aprofundar tanto nos aspectos emocionais ligados às formas de distinção e em como as estruturas sociais incorporadas pelos agentes se traduzem em disposições emocionais, nota-se que essas breves inferências sociológicas muito têm em comum com a “economia emocional” proposta por Norbert Elias (1990; 1993) em seu estudo clássico sobre o processo civilizatório na Europa.

O estudo clássico de Elias sobre os processos civilizatórios na Europa contém dois volumes (1990; 1993), sendo o primeiro originalmente publicado em 1939 e o segundo em 1969, nos quais Elias discute, de modo geral, os padrões sociais históricos na formação do *habitus* europeu. Nesse estudo, pela leitura dos manuais de etiqueta e bons costumes e tratados de conduta e comportamento do final da Idade Média até o início do século XX, Elias tentou explicar como a sociedade europeia passou a enxergar-se como mais “civilizada” do que seus antepassados e sociedades vizinhas, isto é, como não bárbaros ou selvagens, com uma relativa superioridade e distinção cultural. Para tanto, seu estudo pautou-se sobre vários tópicos aparentemente díspares, tais como, segundo Koury (2013) e Linklater e Mennell (2010), os padrões europeus pós-medievais de violência, comportamento sexual, funções corporais e autocontrole individual, condutas de etiqueta, mudanças nas relações entre nobreza e burguesia, a construção do Estado, o desenvolvimento da sociedade de corte na França, entre outros processos. Dada a amplitude e profundidade das discussões sobre esses tópicos, não pretendemos nesse trabalho discutir todos eles, mas especificamente apresentar a perspectiva elisiana sobre o autocontrole emocional de modo a complementar a teoria do *habitus* de Bourdieu e reforçar que as estruturas sociais, principalmente seus fatores emocionais, estão interconectadas com os processos subjetivos dos indivíduos.

Nessas circunstâncias, o primeiro ponto que se faz necessário destacar sobre o autocontrole individual, isto é, o controle das emoções individuais, é que, segundo Elias (1997), esse processo resulta da incorporação de um *ethos* sociocultural no contexto de uma sociabilidade, incorporação de estilos, costumes, modos de agir e portar-se, condutas e princípios morais. Esse contexto de socializações é entendido como uma configuração de interdependência das pessoas, ou nos termos elisianos, uma figuração, uma rede humana configuracional repleta de tensões e conflitos. De acordo com Rezende e Coelho (2010), o controle das emoções na perspectiva de Norbert Elias deriva justamente de um aumento dessa interdependência das pessoas, em que uma crescente diferenciação das funções sociais fez com que o comportamento dos indivíduos se ajustasse cada vez mais em relação ao comportamento dos outros, criando a necessidade de um autocontrole mais estável, uniforme e amplo. Como bem expõe Koury (2013), para Elias a crescente interdependência entre os indivíduos afeta diretamente as formas de organização, estruturação social e seus processos inerentes e, portanto, reforçando as implicações do conceito *habitus*, essas mudanças não podem ser deduzidas somente de características biológicas ou psicológicas, mas de um processo dialético entre o *habitus* e as configurações sociais.

Essa correspondência entre a estrutura da personalidade e os padrões sociais é muito bem exemplificada por Elias (1993; 2001) em sua ampla e profunda análise sobre a sociedade de corte da Europa ocidental nos séculos XVII e XVIII. Segundo o autor (ELIAS, 1993), nesse período as cortes possuíam uma importância e autoridade social que se sobressaia as demais classes, transformando-as em modelos representativos que aos poucos foram sendo disseminados para o restante da sociedade. Segundo Elias (2001), ocorria nesse âmbito da sociedade uma constante disputa por status e prestígio, pois eram esses bens simbólicos que garantiam aos cortesões manter ou avançar posições sociais, e não bens econômicos. Quanto maior o prestígio desses indivíduos, maiores as chances de alcançar um poder hierarquizado e distinguir-se de classes inferiores. Essa disputa interna, entretanto, não se configurava como um conflito direto, mas pautava-se na etiqueta e boas maneiras, em outras palavras, as maneiras refinadas e discretas de agir, a linguagem, as vestimentas e demais sutilezas do intercâmbio social entre esses atores tinha uma função simbólica substancialmente importante. Importante, pois, garantiam a disputa interna por *status* e prestígio e ao mesmo tempo alimentava uma distância e distinção social frente às classes inferiores.

Retomando nossa linha de raciocínio, ressalva-se que o controle das emoções “exigido” na aristocracia de corte difere-se daquele que mencionamos anteriormente, relacionado à crescente interdependência social. Inicialmente o autocontrole emocional ocorria por razões simbólicas e era mais restrito a corte, porém, algumas transformações proeminentes do século XVIII foram alterando as causas desse controle, tais como a progressão da classe burguesa que dissolvia aos poucos a distância entre a classe aristocrática; a expansão do comércio exterior e manufaturas; o aumento da divisão do trabalho, a força do mercado e da competição (ELIAS, 1993). Desse modo, é a partir desse período subsequente que a capacidade do agente de autocontrole passa a ser determinada pela “direção do processo de diferenciação social pela progressiva divisão de funções e pelo crescimento de cadeias de interdependência nas quais, direta ou indiretamente, cada impulso, cada ação do indivíduo, tornavam-se integrados” (ELIAS, 1993, p. 196)

É importante salientar que todos esses processos civilizadores e esse crescente autocontrole das emoções pelos indivíduos não foram planejados, isto é, não se originaram de medidas conscientes e deliberadas ao longo dos séculos de pessoas individuais, mas são um produto longo da história que resultam num momento sócio-histórico singular de *habitus* e configurações. Para Elias (1998), “os conceitos de passado, presente e futuro expressam a relação que se estabelece entre uma série de mudanças e a experiência que uma pessoa (ou um grupo) tem dela” (p. 63). Nessa lógica, com a crescente divisão de funções e progressão da classe média, as pessoas tornaram-se cada vez mais dependentes uma das outras num ambiente cada vez mais modelado pelas necessidades das sociedades industrializadas burguesas, as quais passaram a ditar “espontaneamente” sobretudo as exigências emocionais nas relações de trabalho.

Trouxemos esse breve delinear sobre a economia emocional de Elias nesse tópico para tentar demonstrar a configuração distintiva que *habitus* específicos podem garantir através de determinadas disposições emocionais incorporadas. Apesar do princípio da Distinção estar primordialmente relacionado à noção de classe, a noção de classe para Bourdieu não diz respeito a propriedades econômicas ou coleções dessas, mas é definida, de acordo com Souza (2006, p. 57), como o “fundamento de “práticas sociais” similares, que permitem estratégias comuns e consequências compartilhadas mesmo na ausência de acordos conscientes e referidos”. O que garante distinção ou não para um agente num ambiente específico, ou seja, o que determina a hierarquia dos indivíduos num dado campo, são as disposições operantes e importantes desse contexto estrutural, as quais podem se configurar como capitais incorporados ou objetivados (não somente econômicos, mas culturais, sociais, simbólicos, etc.) de posse de *habitus* específicos.

Ainda, em se tratando de *habitus* e emoções, é válido citar que Bourdieu (1999) discutiu em seus últimos trabalhos sobre os conflitos emocionais relacionados ao desajuste e discordância entre disposições e estruturas sociais. Em “As Contradições da Herança”, ele descreve como as expectativas dos pais, constituídas em mundo social anterior, estão de alguma forma fora de sintonia com o mundo atual e, conseqüentemente, diferem-se das expectativas das crianças, visto que essas últimas se construíram em condições de socialização diferentes e são melhor ajustadas (BOURDIEU, 1999). Essas experiências, segundo Bourdieu (1999, p. 511), “tendem a produzir um *habitus* dividido contra si mesmo, em constante negociação consigo mesmo e com sua ambivalência e, portanto, condenado, a uma dupla percepção de si mesmo e a sucessivas submissões e múltiplas identidades”. Muitas emoções se manifestam nessa incongruência ou desajuste entre o ambiente estruturado e os padrões adaptativos dos indivíduos (disposições), demonstrando a importância de entendermos as disposições emocionais como parte essencial nas práticas cotidianas das sociedades atuais.

Apesar de Bourdieu (1990b; 1999; 2007; 2009) dar uma maior ênfase aos processos subjetivos do *habitus* seja pela “constante negociação consigo mesmo” ou pela “reflexão prática”, ou ainda pela “autocorreção prática”, nas confrontações práticas com as estruturas sociais que promovem os desajustes, ele considera o agente como “condenado a ser ambivalente sobre si mesmo e a se sentir culpado” (BOURDIEU, 1999, p. 510), a serem “sofredores de longo prazo”. Nesse contexto, Bourdieu (1999) considera que os agentes não podem se ajudar e as emoções só ajudam a reforçar um possível *habitus* desajustado ao reencenarem as práticas passadas. Por exemplo, segundo Wetherell (2012), seguindo a lógica teórica de Bourdieu, quando uma situação ameaça a trajetória de um agente (pela quebra da cumplicidade disposições-campo), esse indivíduo pode sentir uma intensa ansiedade. Essa ansiedade imagina o fracasso da ação e antecipa um resultado de fracasso, aumentando a energia da disposição emocional sobre a prática social, reproduzindo práticas emocionais.

Portanto, o capital emocional, assim como as demais formas de capital, representa um recurso de poder que pode ser estrategicamente adquirido, acumulado, investido ou convertido em outros tipos de capital, com o intuito de manter ou melhorar a posição dos agentes dentro de uma ordem social específica, a partir do momento que se configura como poder (capital) simbólico quanto ativado na prática. Segundo Bourdieu (1991, p. 230), os capitais funcionam como poderes que definem as chances de lucro que os agentes procuram em um dado campo, ajudando a determinar, inclusive, a posição que um agente ocupa no espaço social. Posição essa que é mediada pelo sucesso nos diferentes campos que ele ocupa.

4. Considerações finais

Fundamentando-se em todas as considerações dos autores discutidos anteriormente, especialmente nas concepções de alguns específicos (CAHILL, 1999; COTTINGHAM, 2016; VIRKKI, 2007; VORONOV, 2013; ZEMBYLAS, 2007; WARD; MCMURRAY, 2015; ILLOUZ, 2008) e na teoria de capitais de Bourdieu, o conceito de capital emocional deve abranger a seguinte definição para investigação empírica: conhecimento/recurso disposicional trans-situacional baseado em formas de experimentação, mobilização e gerenciamento de emoções, podendo ser “estrategicamente” adquirido, circulado, acumulado e convertido em outras formas de capital e, desse modo, quando convertido em capital simbólico, proporcionar vantagens/deslocamentos sociais num dado campo ou subcampo, os quais estruturam as práticas emocionais que podem ser incorporadas no *habitus* como capital emocional através de sua ativação na forma motivacional e ressonante e demais formas relevantes no contexto. Ainda, entendemos o capital emocional como um tipo de capital cultural, especificamente uma variante do capital cultural incorporado, ou melhor, a variante mais incorporada do capital cultural (ILLOUZ, 2008). No entanto, o capital emocional se refere mais a processos afetivos,

isto é, saber como sentir, do que processos cognitivos, tal como saber como perceber e pensar, os quais estão ligados ao capital cultural incorporado.

Apesar das próprias práticas relacionais configurarem as emoções como capital emocional, isto é, como recursos que são situacionalmente ativados e incorporados por agentes específicos, além de estrategicamente circulados, acumulados e convertidos, argumenta-se, a partir dos capítulos do referencial teórico, que o capital emocional é estruturado pelas culturas afetivas em que é incorporado e ativado pelas disposições emocionais, as quais são contextualmente construídas e reproduzidas nas práticas que regem um determinado campo. Sugere-se, portanto, que o capital emocional participa de um jogo duplo (BOURDIEU, 1986), que de fato é necessário para sua mobilização estratégica, um jogo orientado por um sentido prático regular acrescido do conhecimento das regras e normas culturais que se adquire/internaliza pela prática do jogo. As regras e normas emocionais, dimensões das práticas emocionais, não determinam as emoções ou a ausência delas de uma maneira direta, mas funcionam como roteiros sociais que auxiliam na atuação estratégica do *habitus* e na complementação das regularidades tacitamente aprendidas e originadas das socializações que constroem as regras. Ademais, quando falamos de regras sobre emoções, o termo “regularidades” é heurísticamente capaz de ser empregado para explicá-las, haja visto que a maioria das regras que envolvem emoções são tácitas e informais e não são claramente definidas e transmitidas oralmente ou na forma escrita. As regras são úteis, mas não determinam a prática de um domínio, elas podem servir de guia para a prática desse domínio, mas somente se puderem ser integradas ao conhecimento prático de tal domínio e não podem substituir esse conhecimento.

Além disso, embora alguns estudos tenham explorado de modo mais sistemáticos as diferentes possibilidades de conversões entre capitais (PRET et al., 2016; LIZARDO, 2006; ANHEIER et al., 1995; SVENDSEN et al., 2010), há poucos estudos na literatura que investigue empiricamente o papel do capital emocional nessas conversões, assim como suas próprias possibilidades de conversão, com exceção dos que investigam a conversão de capital emocional em capital cultural escolar no âmbito educacional (CAHILL, 1999; FROYUM, 2009; REAY, 2000; O'BRIEN, 2008). Há de se ressaltar, ainda, que muitos desses estudos têm um foco mais na transmissão de capital emocional do que em sua posterior conversão em outros tipos. O trabalho de Gendron (2004), por outro lado, apesar de partir de uma abordagem mais funcionalista, positivista e ligada ao individualismo metodológico, paradigmas veementes rejeitados por Bourdieu (BOURDIEU et al., 2007), traz alguns *insights* importantes sobre o papel das emoções nas possibilidades de conversão entre capital cultural e social.

Diante dessas considerações, percebe-se que essa apropriação da teoria dos capitais de Bourdieu para desenvolver a noção de capital emocional tem criado linhas de pesquisa heurísticamente plausíveis. No entanto, há ainda inúmeras limitações e incoerências teóricas nesses estudos, como as que foram destacadas no segundo tópico, se quisermos construir uma noção de capital emocional com base em todo o conjunto de premissas teóricas de Bourdieu. Conforme Grenfell (2018), apesar dos conceitos de Bourdieu se configurarem como ferramentas analíticas poderosas para campos de conhecimento variados, todos esses conceitos são “epistemologicamente carregados”, orientados por um vasto conjunto de pressupostos filosóficos integrados – racionalismo, relacionalismo, disposicionalismo, entre outros – que se negligenciados reduz seus usos para um vocabulário descritivo e sem sentido. De acordo com Atkinson (2012), claramente há espaço e necessidade de desenvolvimento, elaboração e refinamento da teoria de Bourdieu, porém, esses tratamentos devem ser consistentes e lógicos e, sobretudo, partirem do esquema bourdieusiano completo, ao invés de conceitos e ideias abstraídas.

Referências

- ALLATT, Pat. Becoming privileged: the role of family processes. **Youth and inequality**, p. 139-159, 1993.
- ANDRADE, Daniel Pereira. **Paixões, sentimentos morais e emoções. Uma história do poder emocional sobre o homem econômico**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.
- ASHFORTH, Blake E.; HUMPHREY, Ronald H. Emotion in the workplace: A reappraisal. **Human relations**, v. 48, n. 2, p. 97-125, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. ZOUK Editora, 560p, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002b
- BOURDIEU, Pierre. Capital Simbólico e Classes sociais. **Journal of Classical Sociology**. Tradução de Fernando Pinheiro. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de Uma Teoria da Prática**, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila. Editora Celta, 1ed, p. 265, 2002a.
- BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. Editora Vozes, Petrópolis, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: Richardson, J. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport, CT: Greenwood, p. 241-58, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. The Sentiment of Honour in Kabyle Society. In PERISTIANY, J. G. **Honour and Shame: The Values of Mediterranean Society**. p. 191-241. London: Weidenfeld e Nicholson, 1966.
- BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BOURDIEU, Pierre.; WACQUANT, Luic. **Notes on the new planetary vulgate**. NewLiberalSpeak. Radical Philosophy, 2001.
- BRIEF, Arthur P.; WEISS, Howard M. Organizational behavior: Affect in the workplace. **Annual review of psychology**, v. 53, n. 1, p. 279-307, 2002.
- CAHILL, Spencer E. Emotional capital and professional socialization: The case of mortuary science students (and me). **Social Psychology Quarterly**, p. 101-116, 1999.
- COLLEY, Helen. Learning to labour with feeling: Class, gender and emotion in childcare education and training. **Contemporary Issues in Early Childhood**, v. 7, n. 1, p. 15-29, 2006.
- COTTINGHAM, Marci D. Caring moments and their men: Masculine emotion practice in nursing. **NORMA**, v. 12, n. 3-4, p. 270-285, 2017.
- COTTINGHAM, Marci D.; JOHNSON, Austin H.; ERICKSON, Rebecca J. "I can never be too comfortable": Race, gender, and emotion at the hospital bedside. **Qualitative health research**, v. 28, n. 1, p. 145-158, 2018.
- ERICKSON, Rebecca J.; COTTINGHAM, Marci D. Families and emotions. In: **Handbook of the sociology of emotions: Volume II**. Springer, Dordrecht, 2014. p. 359-383.
- FINEMAN, Stephen. Emotions and organizational control. **Emotions at work: Theory, research and applications for management**, p. 219-240, 2001.
- FINEMAN, Stephen. **Understanding emotion at work**. New York: Sage, 2003.
- FLAM, Helena. Corporate emotions and emotions in corporations. **The sociological review**, v. 50, n. S2, p. 90-112, 2002.
- FROYUM, Carissa M. The reproduction of inequalities through emotional capital: The case of socializing low-income black girls. **Qualitative Sociology**, v. 33, n. 1, p. 37-54, 2010.
- GILLIES, Val. Working class mothers and school life: Exploring the role of emotional capital. **Gender and education**, v. 18, n. 3, p. 281-293, 2006.
- GOLEMAN, Daniel. The emotional intelligence of leaders. **Leader to Leader**, v. 1998, n. 10, p. 20-26, 1998.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. Emotion work, feeling rules, and social structure. **American journal of sociology**, v. 85, n. 3, p. 551-575, 1979.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling**. Berkeley: University of California Press, 1983.

HUSSO, Marita; HIRVONEN, Helena. Gendered agency and emotions in the field of care work. **Gender, Work & Organization**, v. 19, n. 1, p. 29-51, 2012.

HUTCHISON, Kirsten. A labour of love: mothers, emotional capital and homework. **Gender and Education**, v. 24, n. 2, p. 195-212, 2012.

ILLOUZ, Eva. Who will care for the caretaker's daughter? Toward a sociology of happiness in the era of reflexive modernity. **Theory, Culture & Society**, v. 14, n. 4, p. 31-66, 1997.

JAMAL AL-DEEN, Taghreed; WINDLE, Joel. 'I feel sometimes I am a bad mother': The affective dimension of immigrant mothers' involvement in their children's schooling. **Journal of Sociology**, v. 53, n. 1, p. 110-126, 2017.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MANION, Carolyn. Feeling, thinking, doing: emotional capital, empowerment, and women's education. **Recapturing the personal: essays on education and embodied knowledge in comparative perspective**, p. 87-109, 2007.

NIVEN, Karen et al. Becoming popular: interpersonal emotion regulation predicts relationship formation in real life social networks. **Frontiers in psychology**, v. 6, p. 1452, 2015.

NIXON, Catherine Ann. Working-class lesbian parents' emotional engagement with their children's education: Intersections of class and sexuality. **Sexualities**, v. 14, n. 1, p. 79-99, 2011.

NOWOTNY, Helga. Women in public life in Austria. **Access to power: Cross-national studies of women and elites**, p. 147-156, 1981.

PUTNAM, Linda L.; MUMBY, Dennis K. Organizations, emotion and the myth of rationality. **Emotion in organizations**, v. 1, p. 36-57, 1993.

REAY, Diane. A Useful Extension of Bourdieu's Conceptual Framework?: Emotional capital as a way of understanding mothers' involvement in their children's education?. **The sociological review**, v. 48, n. 4, p. 568-585, 2000.

REAY, Diane. Gendering Bourdieu's concepts of capitals? Emotional capital, women and social class. **The sociological review**, v. 52, n. 2_suppl, p. 57-74, 2004.

RECKWITZ, Andreas. Affective spaces: A praxeological outlook. **Rethinking history**, v. 16, n. 2, p. 241-258, 2012.

SPENCER, Lyle M.; SPENCER, Phd Signe M. **Competence at Work models for superior performance**. John Wiley & Sons, 2008.

VIRKKI, Tuija. Emotional capital in caring work. In.: **Research on Emotion in Organizations**. New York: Emerald Group Publishing Limited, 2007, p. 265-285.

VORONOV, Maxim. Emotional Capital and Institutional Reproduction. In: **Academy of Management Proceedings**. Briarcliff Manor, NY 10510: Academy of Management, 2013. p. 11152.

WALDRON, Vincent R. Relational experiences and emotion at work. **Emotion in organizations**, v. 2, p. 64-82, 2000.

WETHERELL, Margaret. **Affect and emotion: A new social science understanding**. New York: Sage Publications, 2012.

ZEMBYLAS, Michalinos. Emotional capital and education: Theoretical insights from Bourdieu. **British journal of educational studies**, v. 55, n. 4, p. 443-463, 2007.